



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões M
Recebido em 17/2/2009, às 17h
Fátima / Matr.: 28396

MPV-458

00242

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
-	Medida Provisória nº 458 /2009

autor	nº do prontuário
Vanessa Grazziotin	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

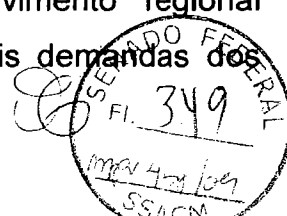
Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 458/2009, onde couber, o seguinte o artigo:

"Art. - Os recursos obtidos com as alienações previstas nesta lei serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento sustentável da região, conforme regulamento editado por Decreto do Presidente da República"

Justificativa

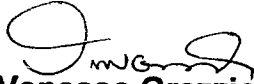
"A soberania de um país depende de seu poder de atuação e decisão sobre seu próprio território. O Brasil está perdendo a sua soberania porque não tem o domínio das informações produzidas com base no material científico coletado no território brasileiro." Esta afirmação do pesquisador e presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luís Val, incentivou a elaboração dessa emenda como forma de colocar a disposição todos os recursos que serão arrecadados pela regularização fundiária produzida pela MP 458/2009 para o desenvolvimento sustentável da própria região.

Todos sabemos das dificuldades que o Governo Federal e os estaduais tem para manter a sustentabilidade da Amazônia que carece de uma série políticas públicas. Neste sentido resgatamos alguns dos objetivos discutidos no I Simpósio da Amazônia e Desenvolvimento Nacional quais sejam: potencializar a aplicação dos recursos disponíveis, como instrumento efetivo do desenvolvimento regional Sustentável (econômico, social e ambiental), adequando as reais demandas dos



setores produtivos locais e regionais sob a coordenação dos governos estaduais; estabelecer uma política de desenvolvimento regional (consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico e sócio ambiental) com destaque para a criação de mecanismos compensatórios para os produtores que atendem à dimensão ambiental, e programas especiais de desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas, visando a redução das desigualdades regionais; criar mecanismos compensatórios à propriedade localizada em áreas com restrições ambientais para atividades impactantes.

Brasília, 17 de Fevereiro de 2009


Vanessa Grazziotin
PC do B – AM

